

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DA ECONOMIA NO BRASIL

EURICO DE ANDRADE NEVES BORBA

A profissão de economista possui no Brasil certo glamour, que, a exemplo de algumas outras, faz dela uma profissão em moda. Talvez êsse prestígio social da profissão explique, em parte, a situação paradoxal a que chegamos. Segundo dados recentemente apurados, existem hoje, no Brasil, cerca de 17.000 economistas diplomados, dos quais, porém, apenas uns 4.000 conseguiram empregar-se como economistas. Um exame, ainda que a título exploratório, das condições do ensino, dos corpos docente e discente, dêste ramo de nível superior, pode sugerir algumas linhas de ação que contribuam para modificar um panorama no qual o brilho do prestígio não esconde mais a melancolia da realidade.

AS reflexões que passamos a apresentar baseiam-se na experiência de progressivo melhoramento do Curso de Economia da Escola de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Curso com oito anos de existência, tem o privilégio de contar com o apoio e a colaboração de vários e bem preparados professores da Fundação Getúlio Vargas, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Banco Central. Do contato diário com êsses professores sèriamente preocupados com os destinos do ensino da Economia no Brasil, pudemos alinhar uma série de considerações que nos são úteis na coordenação do referido curso.¹

¹ Cremos ser útil encaminhar os estudiosos da matéria para o número 4, ano 20, dezembro de 1966, da *Revista Brasileira de Economia*, dedicado

Não podemos deixar de citar a contribuição valiosa de alguns membros do corpo docente do Curso de Economia da Escola de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, sempre presentes e honestamente preocupados com os cursos de formação da profissão que pretendem abraçar.

O PROBLEMA DA DEMANDA

Gostaríamos, primeiramente, de perguntar a razão da grande procura registrada, nos últimos anos, dos cursos de Economia por parte daqueles que pretendem um curso superior. A própria consciência do fenômeno do desenvolvimento e a influência dos pronunciamentos dos líderes políticos, sindicais e estudantis sobre assuntos econômicos, a natureza explosiva e apaixonante de tais temas, propagados em todos os setores da sociedade pelos mecanismos de comunicação, fazem com que o jovem secundarista pense, em seu idealismo ou ambição, ser possível salvar o mundo ou ganhar facilmente a vida, se na universidade conquistar um diploma de Economista.

É uma profissão da "moda": a que tudo pode explicar, a que pode apontar soluções aos grandes problemas nacionais e internacionais, a que permite "ganhar dinheiro" no assessoramento a grandes firmas ou na elaboração de projetos.

De certa forma, a regulamentação da profissão do economista dá base real àquelas elocubrações, pois garante certas áreas de atividades aos portadores de diploma de economista. Um ranço de bacharelismo e mentalidade compartimentada que ainda impera no Brasil possibilita esta anomalia, não questionando os órgãos responsáveis pela profissão ou pela formação do economista, como ainda também não o faz a maioria dos empregadores, sobre o conteúdo real de conhecimentos ou experiência que o diploma deveria garantir.

exclusivamente ao problema da formação do economista no Brasil. Muitas das conclusões que apresentaremos se inspiram nas análises dos artigos publicados nesse número, onde o leitor poderá encontrar muito mais fundamentação e experiência sobre o assunto.

Facilitando ainda mais a pretensão dêsses jovens que sabem que um diploma de curso superior possibilita melhores e maiores oportunidades de emprêgo, num país que prima pela escassa quantidade —e qualidade— de profissionais de nível superior, os cursos de Economia são realizados em quatro anos —menos que Engenharia, Medicina, Direito e outros.

O PROBLEMA DA OFERTA

Examinamos o aspecto do problema que se refere à “procura” dos cursos de Economia. Examinemos agora o outro aspecto do problema: a oferta de cursos. As Faculdades de Economia são relativamente fáceis de instalar; não são grandes as despesas com laboratórios ou salas especiais para aula, dispensando-se, quase que por completo, equipamento auxiliar de ensino.

Essas facilidades permitem que grande número de cidades no interior, num natural anseio de desenvolvimento e abertura de novas possibilidades de estudo para seus habitantes, inaugurem cursos de Economia. Hoje existem no Brasil oitenta e quatro unidades dedicadas à formação de economistas, numa pulverização de recursos e atividade acadêmica de resultados duvidosos. Assim sendo, é fácil compreender como vem crescendo o número de vagas para economistas: há procura e há oferta, numa espiral ascendente, mas pouco brilhante e pouco frutuosa.

O quadro da página seguinte dá uma idéia da situação, até o ano de 1964.

O PROBLEMA DO PROFESSOR

Um dado que à primeira vista salta aos olhos é que, para o elevado número de faculdades existentes, é reduzidíssimo o número de professôres. Como sabemos, e como pretendemos mostrar dentro em pouco, o bacharel em Ciências Econômicas geralmente sai mal formado dos cursos que frequentou. Assim, os professôres de Economia são recrutados dentre êsses economistas mal formados e o resultado é, como a realidade nos mostra, péssimo. São professôres desatualizados, sem experiência, que dedicam minguadas horas semanais por salários modestos aos cursos que ministram, re-

QUADRO I

RESULTADOS DO ENSINO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, CONTÁBEIS E ATUARIAIS — ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

ANO	UNIDADES ESCOLARES		CORPO DOCENTE		MATRÍCULA GERAL		MATRÍCULA EFETIVA	
	Números absolutos	Índices	Números absolutos	Índices	Números absolutos	Índices	Números absolutos	Índices
1945	28	100	441	100	2.589	100	2.297	100
1946	55	196	530	120	2.268	87	2.079	90
1947 (1)	60	214	567	128	2.288	88	2.095	91
1948 (1)	38	136	652	148	2.144	81	1.882	82
1949	39	139	720	163	2.715	105	2.494	108
1950	40	143	886	201	2.924	113	2.785	116
1951	45	161	916	208	3.020	116	2.785	121
1952	52	186	1.150	261	3.358	130	3.120	136
1953	54	193	1.047	237	3.901	150	3.571	155
1954	61	218	1.127	255	4.418	170	3.977	173
1955	63	225	1.165	264	5.008	193	4.562	196
1956	64	228	1.204	273	5.590	216	5.120	223
1957	64	228	1.273	289	6.057	234	5.599	244
1958	60	214	1.262	286	6.469	250	6.025	262
1959	65	252	1.339	304	7.343	284	6.847	298
1960	70	250	1.489	337	8.073	312	7.505	327
1961	73	261	1.492	338	9.219	356	8.346	365
1962	84	300	1.789	406	10.769	416	10.082	439
1963	98	350	2.050	465	13.372	516	12.083	526
1964	101	361	2.608	591	15.183	586	16.008	697

Observação: (1) As diferenças registradas entre as unidades escolares para os anos de 1947 e 1948, quando confrontadas com as demais componentes da série, resultam da reforma desse ramo educacional, onde se extinguíram, gradualmente, os cursos de administração e finanças e atuária, com 3 anos de duração; foram criados, em substituição, os de ciências econômicas e ciências contábeis e atuariais, com 4 séries anuais.

Fonte: Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social. Evolução (Vol. II), Diagnóstico Preliminar, Pág. 205.

—sistema fiscal, sistema financeiro, sistema cambial, órgãos de fomento etc.

AS LINHAS DE AÇÃO

Ao tentarmos apontar algumas linhas de ação para que se possa melhorar ou resolver a situação do ensino da Economia no Brasil, três aspectos nos parecem absolutamente prioritários:

1. maior preparo e maior dedicação dos professôres;
2. a redução do número de Escolas de Economia;
3. maior exigência, por parte dos professôres, na concessão das aprovações de que necessita o aluno para se formar.

A experiência nos diz que sem um decisivo apoio por parte das autoridades governamentais e do setor empresarial, no sentido de darem os meios necessários às escolas de Economia para a contratação de professôres de horário integral, com salários compensadores e atrativos, nunca será possível selecionar bons e dedicados professôres.

Quanto à redução do número de escolas de Economia, cremos que o govêrno precisa estabelecer plano nacional para a localização dessas escolas, de tal forma que se evite a pulverização dos recursos orçamentários e o excesso de unidades em determinadas áreas.

A maior seriedade dos cursos de Economia impõe que os professôres saibam exigir aquêlo mínimo indispensável de conhecimentos, em cada matéria, que o futuro economista deve possuir para que possa exercer com proveito e honestidade sua profissão. Isto importa na abolição da norma não escrita, mas que vigora, praticamente, em grande número das unidades de ensino superior do país, e que confere ao universitário a certeza da obtenção do diploma: "o importante e difícil é ser aprovado no vestibular; depois, com algum esforço, a obtenção do diploma é uma questão de tempo".

É preciso que todos os professôres tenham presente a responsabilidade social do seu mandato de mestre, não só nos cursos de Economia, mas em qualquer estabelecimento de ensino. Não podem êles ser co-responsáveis pelo aumento cada vez maior do número de profissionais incompetentes,

que prejudicam todo o esforço desenvolvimentista e que desprestigiam determinadas profissões.

A população que paga impostos para a manutenção dos cursos de nível superior tem direito de reclamar técnicos que possam contribuir para solucionar ou minorar os problemas urgentes que a afligem.

Não temos esperança de ver solucionados, a curto prazo, todos os problemas que envolvem a formação do economista no Brasil. Cremos, porém, que os aspectos econômicos do subdesenvolvimento, cada vez mais presentes e cada vez mais injustos, em face das imensas possibilidades de superá-los, façam com que os responsáveis pelos destinos da nação olhem com mais cuidado para este verdadeiro pólo de desenvolvimento, que é o ensino em seus vários graus e especializações.